

REFLEXÕES ACERCA DO DESENHO DAS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS À LUZ DA COLONIALIDADE DO SABER

Márcia Monalisa de Moraes Sousa Garcia

Alcides Fernando Gussi

Resumo

Neste trabalho, propomo-nos a analisar o desenho das políticas de internacionalização da educação superior formuladas pelo governo federal entre 2011 e 2022 à luz da colonialidade do saber. Partindo do pressuposto de que não é possível pensar em políticas de internacionalização sem uma compreensão mais ampla das condições sócio-históricas de dependência a que o Sul Global está submetido, realizamos, por meio de um paradigma hermenêutico de análise de políticas públicas, proposto por Lejano (2012) e Rodrigues (2008), reflexões acerca do desenho das políticas de internacionalização a partir de dois eixos analíticos: análise de conteúdo e análise de contexto das políticas, buscando compreender as racionalidades subjacentes às políticas de internacionalização, seus contextos políticos de formulação, bem como mostrar como essas políticas têm sido instrumentos de manutenção da subalternidade dos países do Sul. Metodologicamente, foi realizada análise de documentos produzidos pelo Governo Federal sobre o Programa Ciência sem Fronteiras, o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt) e o Future-se. Como resultado, observa-se que essas políticas são orientadas por uma ideia de desenvolvimento que privilegia o "Ocidente" e se fundamentam epistemologicamente em um paradigma dominante, marcado por uma racionalidade científica moderna e capitalista, a qual compreende, contudo, uma das camadas ocultas da colonialidade.

Palavras-Chave: Educação Superior. Internacionalização. Desenho de Políticas Públicas. Colonialidade.

Abstract

In this study, we aim to analyze the design of higher education internationalization policies formulated by the federal government between 2011 and 2022 in light of the coloniality of knowledge. Assuming that it is not possible to contemplate internationalization policies without a broader understanding of the socio-historical conditions of dependence to which the Global South is subjected, we engaged in reflections on the design of internationalization policies through a hermeneutic paradigm of public policy analysis, as proposed by Lejano (2012) and Rodrigues (2008), focusing on two analytical axes: content analysis and context analysis of the policies, seeking to comprehend the underlying rationales behind internationalization policies, their political contexts of formulation, as well as demonstrating how these policies have served as instruments for maintaining the subordination of countries in the Global South. Methodologically, we conducted an analysis of documents produced by the Federal Government regarding the Science Without Borders Program, the Institutional Program for the Internationalization of Higher Education Institutions and Research Institutes in Brazil (PrInt), and the Future-se Program. As a result, it is observed that these policies are guided by an idea of development that privileges the "West" and are epistemologically grounded in a dominant paradigm characterized by a modern and capitalist scientific rationality, which, however, encompasses one of the hidden layers of coloniality.

Keywords: Higher Education. Internationalization. Public Policy Design. Coloniality.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propomo-nos a analisar o desenho das políticas de internacionalização da educação superior formuladas pelo governo federal entre 2011 e 2022 à luz da colonialidade do saber, tendo como finalidade contribuir para a discussão sobre a importância de se elaborar políticas que fortaleçam a educação pública, gratuita, inclusiva e democrática.

Contextualmente, a partir de 1990, no contexto da globalização econômica e do avanço do neoliberalismo na América Latina¹, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), sob a justificativa de promover o desenvolvimento e o progresso dos países latino-americanos², passaram a atuar na elaboração de estratégias, na definição de agenda, na formulação, implementação e avaliação de políticas, bem como no direcionamento dos recursos públicos como critério para a concessão de financiamentos das políticas públicas (RODRIGUES, 2008).

Especificamente, no tocante à internacionalização da educação superior, em 1995, a OMC, no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), definiu novas regras e novos princípios para o ensino superior, incluindo-o na categoria de serviço com a finalidade de eliminar barreiras ao comércio nessa área, colocando a educação superior no mesmo nível de mercadoria. (WTO, 1995). Em um outro sentido, em 1998, durante a Conferência Mundial de Ensino Superior realizada pela UNESCO em Paris, foi originada a Declaração Mundial sobre Educação superior no Século XXI: Visão e Ação (UNESCO, 1998), que reitera a educação como um serviço público, em decorrência de seus fins, e atribui a relevância da internacionalização à cooperação mútua entre os países, visando fomentar o bem-estar social e fortalecer as capacidades nacionais (UNESCO, 1998).

No Brasil, foi a partir de 2011, com a criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), formulado a partir de uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), que a internacionalização das universidades se tornou, nos termos de De Wit (2013), mais intencional e abrangente.

1 Em Garcia e Gussi (2021), mostramos como as políticas de internacionalização têm sido hegemonicamente orientadas por uma agenda neoliberal. Neste artigo, buscamos ampliar a compreensão sobre essas políticas ao considerar que a colonialidade, lógica transcendente do colonialismo, é a face oculta e constitutiva da modernidade. (BALLESTRIN, 2017).

2 Questiona-se em que medida as políticas de internacionalização orientadas por esses organismos internacionais centrados no Norte Global podem contribuir para o enfrentamento das assimetrias subjacentes ao continente americano? Como as instituições no Norte podem estabelecer cooperações mútuas com instituições do Sul diante das dependências que estes têm daqueles?

Após o Programa CsF, extinto em 2016 pelo governo Temer (2016-2018), em um curto espaço de tempo, foram formulados outros programas com a finalidade de promover a internacionalização das universidades, como o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt), criado em 2018, e o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se), proposto pelo governo Bolsonaro (2019-2022), que tem como um de seus eixos a internacionalização.

Considerando, como pressuposto, que essas políticas são pensadas a partir de uma relação entre o Norte e o Sul Global (relação historicamente assimétrica e desigual) e que apresentam uma tensão em torno da noção de internacionalização, demanda-se a necessidade de uma análise crítica dos conceitos hegemonicamente definidos por uma racionalidade moderna. (SOUSA SANTOS; MENESES, 2008).

Assim, partindo da premissa de que esses programas carregam em seus conteúdos intencionalidades, interesses políticos, que conformam uma concepção de educação e traçam, segundo Howlett (2011a), a estrutura e a dinâmica desses programas, busca-se, por meio da análise do desenho, investigar quais as racionalidades e pressupostos que permeiam esses programas, relacionando-os aos seus contextos e incidindo luz sobre esse tema que está circunscrito a dinâmicas de poder³.

Por essa razão, neste trabalho, o desenho das políticas de internacionalização será analisado sob as lentes teóricas da colonialidade do saber, uma forma de dominação de padrões de investigação e de conhecimento que nega espaço para o desenvolvimento de outras formas de saber e ser no mundo, causando uma subordinação e uma dependência não somente político-econômica, mas sobretudo epistêmica e cultural (QUIJANO, 2005; LANDER, 2005), pois entende-se que não é possível ampliar a compreensão sobre a internacionalização da educação superior nas universidades latino-americanas sem discernir as condições sócio históricas de dependência a que a região está submetida.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo geral refletir, à luz da colonialidade do saber, sobre as políticas de internacionalização da educação superior a partir da análise do desenho dos três principais programas de estímulo à internacionalização da educação superior, elaborados pelo Governo Federal entre 2011 e 2022: O Programa Ciência sem Fronteiras, o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior

³ Trata-se de análises iniciais, de cunho teórico, derivadas de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre as políticas de internacionalização na Universidade Federal do Ceará (UFC).

e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt) e o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se). Para tanto, como objetivos específicos, propõe-se: (i) analisar as bases conceituais e os paradigmas que norteiam as políticas de internacionalização, relacionando-os aos seus contextos políticos, agendas de governo e às condições socioeconômicas do país no momento de formulação; (ii) mostrar como as políticas de internacionalização têm sido instrumentos de manutenção da subalternidade dos países do Sul.

A partir de uma análise hermenêutica de políticas públicas (LEJANO, 2012), busca-se, neste artigo, compreender os diferentes significados que esses programas comunicam, como esses significados são construídos e como essas políticas são modificadas ao longo de distintos contextos por meio da análise de conteúdo e de contexto dessas políticas (RODRIGUES, 2008).

Ressalta-se a contribuição deste estudo para duas áreas ainda incipientes no Brasil: os estudos decoloniais sobre a internacionalização da educação superior (LEAL, 2020) e os estudos sobre desenho de políticas públicas (LIMA, AGUIAR e LUI, 2021). Logo, além de trazer uma reflexão crítica sobre a construção de políticas de internacionalização que reconheçam os saberes do Sul, busca-se fomentar a agenda de pesquisa no campo da análise de políticas públicas no país, sobretudo na área de desenho de políticas.

Além desta introdução, o artigo foi dividido em quatro partes. A primeira parte apresenta o percurso teórico-metodológico da pesquisa. Na segunda parte, busca-se ampliar a compreensão sobre a internacionalização da educação superior a partir da perspectiva da colonialidade do saber. Na terceira parte, é realizada a análise do desenho dos três principais programas de internacionalização elaborados pelo governo federal entre 2011 e 2022, utilizando a análise do conteúdo e do contexto das políticas. Nas considerações finais, busca-se refletir sobre a internacionalização da educação, considerando o desenho dos programas analisados à luz da discussão sobre a decolonialidade.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste artigo, serão analisados os três principais programas de estímulo à internacionalização, elaborados pelo governo federal entre 2011 e 2022, que foram: o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), no governo Dilma Rousseff (2011-2016), o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt), no governo Temer (2016-2018), e, mais recentemente, a proposta do Future-se, durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

Para tanto, fundamenta-se no paradigma hermenêutico de análise de políticas públicas proposto por Lejano (2012), pois busca os significados implícitos e simbólicos comunicados pela política dentro de um determinado contexto. Nesse sentido, não tem como enfoque apenas a textualidade da política, seus objetivos, suas regras e normativos, mas, a partir desses aspectos, analisam-se as racionalidades subjacentes às políticas, suas intencionalidades, paradigmas norteadores, sem desconsiderar as condições políticas em que essas políticas foram formuladas.

Os desenhos das políticas de internacionalização foram analisados com base em dois eixos da avaliação em profundidade, desenvolvida por Rodrigues (2008)⁴: o conteúdo da política, que consiste na análise dos objetivos, as concepções, os valores, os conceitos e noções centrais que sustentam essas políticas; e o contexto da política, que consiste no levantamento de dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que foram formulados/implementados os programas em estudo.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa em que, para análise de conteúdo e de contexto das políticas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que contribuiu para construção das bases analíticas das políticas, do contexto político-econômico que as circunscreveram, bem como pesquisa em documentos produzidos pelo governo federal, como decretos, leis, portarias, bem como discursos de atores institucionais, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Documentos analisados

Programas de Internacionalização	Documentos analisados
Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)	- Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011, que cria o Programa Ciência sem Fronteiras; - Portaria Interministerial nº 01, de 09 de janeiro de 2013, que define as áreas prioritárias do programa; - Relatório de Avaliação o Senado - Sítio Eletrônico do Programa
Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt)	-Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2018, cria institui o Programa - Programa Uma Ponte para o Futuro, do PMDB; - Site da Capes sobre o PrInt.
Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se)	-Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020, que institui o Future-se - Sítio eletrônico do MEC.

⁴ A avaliação em profundidade (AP), desenvolvida por Rodrigues (2008), fundamenta-se no paradigma hermenêutico de avaliação proposto por Lejano (2012), tendo como foco a interpretação, buscando compreender os significados de uma política para aqueles que a vivenciam. AP pressupõe que uma política pública deve ser analisada a partir de quatro aspectos: i) conteúdo da política; ii) contexto de formulação; iii) trajetória institucional; e iv) espectro temporal e territorial abarcado pela política.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A análise desses documentos foi fundamental para a pesquisa, pois apesar de suas pretensões de universalidade, impessoalidade e objetividade, eles, como disse Vianna (2014, p. 47), “fabricam um ‘processo’ como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores”, auxiliando a rastrear classificações, concepções e discursos que constroem a política, revelando seus elementos simbólicos.

3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR À LUZ DA COLONIALIDADE DO SABER.

Para compreender a relação estabelecida entre as universidades latino-americanas e instituições estrangeiras, elemento fundante da internacionalização, faz-se necessário ter clareza dos processos sócio-históricos de colonização a que a América Latina está submetida. Isto porque todo o processo de constituição histórica da América (Latina) se dá como resultado do colonialismo e da expansão do capitalismo, sendo organizada para produzir mercadorias para o mercado mundial (QUIJANO, 2005). Assim, o fim do colonialismo não significou o fim das relações de “colonialidade”, termo definido por Quijano (2005, p. 342) como

um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Esse padrão de relações de poder estabelecido a partir da ideia de raça, na perspectiva de Quijano (2005), originou-se nas diferenças fenotípicas entre colonizadores e colonizados, contribuindo para a construção de hierarquias nas relações sociais e, por conseguinte, em relações de dominação e articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos com vistas a atender as necessidades do capital.

O fim do colonialismo não significou o fim das relações de colonialidade. Para Grosfoguel (2008, p. 126),

Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

Apesar de ter surgido na Europa durante a expansão do capitalismo, a colonialidade constitui-se, segundo Ballestrin (2013), no lado obscuro e necessário da modernidade⁵, apresentando outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense, configurando-se na forma dominante de controle de recursos, trabalho, capital e conhecimento limitados a uma relação de poder articulada pelo mercado capitalista. Assim, a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2003; MALDONADO-TORRES, 2008).

Neste trabalho, a colonialidade do saber constitui-se em uma dimensão fundamental para se compreender as relações das universidades latino-americanas com instituições estrangeiras e, por conseguinte, como são construídas as políticas de internacionalização da educação superior na América Latina, uma vez que envolve “uma dominação epistêmica e epistemológica” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 9).

Sobre essa questão, Quijano (2005, p. 9) explica que

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo.

Assim, o eurocentrismo constitui-se em uma lógica fundamental para a reprodução da colonialidade do saber, cuja configuração se dá em torno de um sistema de dominação e exploração, que nega as diferenças e a alteridade⁶. Como resultado, o trabalho dos pesquisadores e cientistas das universidades do Sul reduz-se a aprender as teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo e “aplicá-las” em outras localizações geográficas, desconsiderando suas diferenças (espaciais, temporais, culturais, sociais etc.), culminando em uma relação de superioridade/inferioridade epistêmica (GROSFOGUEL, 2016)

Para Maldonado-Torres (2007, p. 131), a colonialidade sobrevive ao colonialismo, mantendo-se viva “em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna”.

5 A modernidade é um “mito” que oculta a colonialidade e se desenvolve da relação de superioridade/inferioridade entre os povos. O caminho do processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa, a “falácia desenvolvimentista”. (DUSSEL, 2000, p. 49). Para Ballestrin (2013, p. 102), “o fundamento da modernidade/colonialidade está no descobrimento e na invenção da Américas”.

6 Isto porque as universidades nas colônias foram fundadas por instituições europeias, que estabeleceram um sistema de conhecimento e legitimaram princípios e práticas ligadas à lógica colonial. (MIGNOLO, 2017).

Não obstante, observam-se aspectos da colonialidade presentes nas políticas de internacionalização da educação superior formuladas pelo Estado brasileiro, como se verá na próxima seção.

4 ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL ENTRE 2011 E 2022.

Neste artigo, busca-se uma reflexão crítica sobre a internacionalização da educação superior a partir da análise do desenho dos três principais programas de estímulo à internacionalização, elaborados pelo governo federal entre 2011 e 2022: o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), no governo Dilma Rousseff (2011-2016), o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt), no governo Temer (2016-2018), e, mais recentemente, a proposta do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se), durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

4.1 Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

O Programa CsF é considerado um dos principais programas do Governo Dilma Rousseff (2011-2016), cujo governo, caracterizado por Singer (2018) como desenvolvimentista, foi favorecido pelo cenário nacional deixado pelo Lulismo, tendo como prioridades políticas voltadas para Ciência, Tecnologia e Inovação⁷.

O Programa CsF foi criado por meio do Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011, tendo como objetivo geral:

propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011).

Assim, visando impulsionar a internacionalização das universidades brasileiras, o Programa tinha como meta conceder 101 mil bolsas de estudos em “centros de pesquisa

⁷ De acordo com Martins (2015), o processo de formulação do Programa CsF iniciou a partir de uma aproximação entre os Estados Unidos e os países da América Latina, quando o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, iniciou em 2009 uma nova forma de diplomacia em suas relações internacionais, cujo marco foi a 5ª Cúpula das Américas, realizada na República de Trinidad e Tobago. Entretanto, somente em março de 2011, a partir de uma visita de Barack Obama ao Brasil, retomando a relação iniciada na 5ª Cúpula das Américas em 2009, foram estabelecidos dez acordos de relação bilateral entre Brasil e EUA em áreas relacionadas ao comércio exterior, eventos esportivos, energia e educação, dentre eles um “Memorando de Entendimento para o estabelecimento do Programa Diálogos Estratégicos Brasil-EUA” (BRASIL, 2011).

estrangeiros de excelência” em um período de quatro anos, sendo a maioria delas para alunos de graduação⁸, como mostra o quadro 2:

Quadro 2 – Meta de distribuição de bolsas para o Programa Ciência sem Fronteiras

Modalidade	Nº de Bolsas
Doutorado Sanduíche	15.000
Doutorado Plano	4.500
Pós-Doutorado	6.440
Graduação Sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	2.000
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000
TOTAL	101.000

Fonte: Sítio do Programa Ciência sem Fronteiras (2023).

A concessão das bolsas era restrita a áreas específicas de conhecimento, definidas pela Portaria Interministerial nº 01, de 09 de janeiro de 2013. (BRASIL, 2013), voltadas para as ciências exatas, engenharias e tecnológicas, áreas que dialogam diretamente com a produção industrial e a economia do país. (BRASIL, 2011).

Em discurso durante a cerimônia de regulamentação do Programa CsF, a presidente Dilma Rousseff (2011-2016) disse que a finalidade da política era reduzir a “diferença que a história excludente e não muito soberana do nosso país nos conduziu” perante os países desenvolvidos e “enfrentar nossas dívidas históricas, como a extrema pobreza e a garantia da elevação da competitividade da nossa sociedade, da nossa economia, por meio da ciência, da tecnologia e da inovação” (BRASIL, 2011).

Observa-se que apesar de se constituir em um programa inovador ao financiar bolsas de estudos a alunos da graduação de diferentes classes sociais, a ideia que permeia o Programa é de que podemos reduzir as desigualdades históricas por meio da capacitação de estudantes e pesquisadores em “centros de excelência” estrangeiros localizados exclusivamente no Norte Global.

Para tanto, a finalidade era enviar estudantes para centros de excelência em países do Norte, como disse a então presidente em seu discurso: “Anunciamos também as 54.200

⁸ O Programa CsF foi o primeiro programa de mobilidade no Brasil a incluir bolsas para alunos de graduação, sendo 78,97% destinadas a alunos da graduação (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2018).

oportunidades que temos para os próximos três anos, de estudantes que irão para os Estados Unidos, para o Reino Unido, para a França, para a Itália e para o Canadá”. (BRASIL, 2011).

O Programa CsF manteve o fluxo de mobilidade Sul-Norte, principalmente do Brasil para os EUA, e constituiu-se em uma forma de transferência de recursos do Estado brasileiro, que financiava o Programa, para instituições e governos de países do Norte, mantendo-nos clientes dos serviços educacionais oferecidos pelas universidades estrangeiras⁹.

Em 2015, o Senado realizou uma avaliação do Programa CsF e apesar de apontar as falhas da política, recomendou, por meio do Projeto de Lei do Senado nº 798, de 2015, que o Programa fosse alçado à condição de política de Estado, tendo em vista ter contribuído para aumentar a visibilidade internacional da educação superior brasileira. Contudo, a crise política iniciada no segundo mandato de Dilma Rousseff, que culminou em seu impeachment e na assunção de Michel Temer à presidência, resultou na suspensão das bolsas para graduação em 2016 e na extinção do Programa em 2017, sob a alegação de que o custo para manter os alunos no exterior era muito elevado se comparado ao custo da merenda escolar. (MEC, 2017).

4.2 Programa Institucional de Internacionalização (PrInt).

No governo de Michel Temer (2016-2018), em uma conjuntura ultraneoliberal, de reformas e ajustes fiscais¹⁰, foi criado, pela Capes, o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), com foco apenas na pós-graduação a ser implementado por um período de quatro anos a partir de 2018.

De acordo com a Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2017, que criou o Programa, o PrInt foi criado pela necessidade de se “fortalecer a política de internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa brasileiros, com foco em Programas de Pós-Graduação” e “a necessidade de se estabelecer e de se consolidar polos de excelência em termos de produção científica, tecnológica e acadêmica no Brasil” (BRASIL, 2017).

⁹ Sobre essa questão, Fanon (2005, p. 83) já alertava que as colônias se tornaram um mercado, pois “a população colonial é uma clientela que compra”.

¹⁰ O plano de governo de Michel Temer, elaborado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), denominado “Uma Ponte para o Futuro”, previa uma política econômica centrada na iniciativa privada e no Estado mínimo. Nesse período, houve reformas e ajustes fiscais, a exemplo da PEC 55, que impôs limite aos gastos do Governo por um período de 20 anos, o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), propostas de reforma da previdência e descontinuidades de programas sociais, pois sobre as políticas públicas, o governo entendia que “o Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p. 19).

São objetivos do PrInt:

- I - Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas;
- II - Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação;
- III - Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas, inclusive projetos de pesquisa em cooperação;
- IV - Promover a mobilidade de docentes e de discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes, do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- V - Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional;
- VI - Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização. (BRASIL, 2018).

Para participar do PrInt, as universidades tinham de participar de um processo seletivo e atender a alguns critérios definidos no Art. 4º da referida Portaria, tais quais: ter ao menos quatro Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* recomendados pela Capes na Avaliação Trienal de 2013 e na Avaliação Quadrienal de 2017, entre os quais deveria haver, pelo menos, dois cursos de doutorado e possuir um Plano Institucional de Internacionalização. Além disso, as IES deveriam ter, no mínimo nota 4 em conceitos que variam de 3 a 7 em suas avaliações do MEC. (BRASIL, 2017).

Esses critérios de seleção, baseados em indicadores de desempenho das universidades, evidenciam o quanto a educação superior tem sido orientada por princípios gerencialistas, sob o signo do neoliberalismo.

O PrInt previa o repasse de recursos na ordem de R\$300 milhões anuais para as universidades em um período de quatro anos, voltados ao desenvolvimento de ações de internacionalização como projetos de cooperação; missões de trabalho de curta duração; bolsas no país para beneficiários relevantes às propostas de internacionalização; bolsas no exterior para docentes e discentes das IES e dos Institutos de Pesquisa brasileiros; e outras ações de custeio propostas pelas instituições, além das enumeradas acima e aprovadas pela Capes. (BRASIL, 2017).

Das mais de 100 instituições de ensino superior (IES) participantes do processo seletivo da Capes, somente 36 foram selecionadas. Sobre esse processo seletivo, que restringe a participação de todas as universidades, Leal (2020) diz que a estratégia de concentrar fundos em algumas instituições de ensino “reconhecidas” tem sido ativamente apoiada por agências internacionais como o Banco Mundial, por meio do Programa de

Centros de Excelência Acadêmica (Centers of Academic Excellence), e alimentada por uma febre global em torno da criação de universidades de classe mundial, sobretudo diante de restrições de financiamento público, como foi o caso do governo Temer.

Em 2019, já no governo Bolsonaro (2019-2022), a Capes anunciou mudança nas regras do Programa: os cursos que obtiveram nota 3 em duas avaliações consecutivas, bem como os cursos que foram avaliados com nota 4 na Avaliação Trienal 2013 e que caíram para nota 3 na Avaliação Quadrienal de 2017 tiveram parte de suas bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado congeladas para entrada de novos bolsistas. (CAPES, 2019)

Segundo a Capes, esse novo critério foi estabelecido com “o propósito de alinhar a concessão de bolsas no País à avaliação periódica da CAPES, preservando os cursos mais bem avaliados nos últimos 10 anos”. Além disso, a Coordenadoria também ampliou a vigência do Programa de 4 para 5 anos, com prazo até 2023, a fim de atender às necessidades das instituições de ensino brasileiras que iniciaram a implantação do Programa em 2019 e à necessidade de adequação ao calendário das universidades do hemisfério norte, que começam suas atividades em setembro (CAPES, 2019).

Ao selecionar universidades e adotar critérios de produtividade acadêmica, o PrInt evidencia a lógica capitalista que permeia as políticas de educação superior, reforçando a competitividade entre as universidades, os programas de pós-graduação e os pesquisadores. Além disso, tal qual o Programa CsF, o PrInt também tinha como pressuposto o envio de brasileiros para universidades do Norte Global, além da formação de parcerias não somente com universidades estrangeiras, mas também com empresas.

4.3 Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se).

Mesmo com o PrInt vigente, em 17 de julho de 2019, durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), em uma conjuntura ultraneoliberal e marcada por uma guerra cultural contra as universidades públicas (LEHER, 2020), o Ministério da Educação (MEC) anunciou, em 17 de julho de 2019, o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se), que contempla três eixos complementares: 1) Gestão, Governança e Empreendedorismo, 2) Pesquisa e Inovação e 3) Internacionalização. (MEC, 2019).

O Future-se, cujo Projeto de Lei nº 3076/2020 encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, tem como objetivos:

- I - Incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais;

- II - Promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, observadas as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, e as prioridades temáticas definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- III - Fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior;
- IV - Estimular a internacionalização de universidades e institutos federais; e
- V - Aumentar as taxas de conclusão e os índices de empregabilidade dos egressos de universidades e institutos federais. (BRASIL, 2020).

No inciso VIII, do Art 3º do Projeto de Lei, apresenta-se o significado de internacionalização, compreendida como:

processo de promoção das relações acadêmico-técnico-científicas interinstitucionais, que permite a criação, a implementação e o acompanhamento de projetos e de convênios, com vistas à inovação e à inserção de universidades e institutos federais no cenário internacional, ao fortalecimento da interação com instituições do exterior e à viabilização de educação sustentável, colaborativa e responsiva aos desafios da sociedade globalizada. (BRASIL, 2020)

O eixo da internacionalização, nos termos do Capítulo VI do Projeto de Lei, tem como diretrizes: “I - promover a mobilidade internacional da comunidade acadêmica; II - promover a política linguística; e III - fomentar a colaboração e estabelecer parcerias internacionais”. (BRASIL, 2020). Para o cumprimento dessas diretrizes, são propostas 23 ações, dentre elas, destacam-se o estabelecimento de parcerias para oferta de programas de graduação ou de pós-graduação stricto sensu em regime de dupla titulação, cotutela ou orientação conjunta e de titulação conjunta, com instituições estrangeiras de excelência acadêmica; captação de recursos nacionais e internacionais; e o incentivo à concessão de bolsas de estudo para discentes com alto desempenho acadêmico ou atlético.

Na proposta, a adesão das Universidades ao Programa Future-se é “voluntária”, sendo condicionada à celebração de um “contrato de resultado”, firmado entre a universidade ou o instituto federal, por intermédio do Ministério da Educação, com organizações sociais, como fundações de apoio, responsáveis por gerir os recursos repassados pela União. O recebimento de recursos está atrelado ao alcance de resultados estabelecidos por indicadores de desempenho desenvolvidos pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de forma “a contemplar incrementos de eficiência e economicidade” (BRASIL, 2020).

De acordo com o MEC, a finalidade do Programa é “proporcionar uma mudança de cultura nas instituições públicas de ensino superior, gerando maior autonomia financeira a universidades e institutos federais”. (MEC, 2019). Assim, sob a justificativa de proporcionar maior “autonomia” às universidades, a proposta do Future-se surge em um contexto em que as IES têm recebido o menor repasse de recursos do Estado, em consonância com o plano de governo de Michel Temer, “Ponte para o Futuro”, que preconizava o fim da vinculação constitucional de verbas para a educação e da Emenda Constitucional nº 95/2016, que implantou o teto de gastos.

Portanto, a ideia de autonomia que permeia o Programa refere-se, “ao gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão a universidade tem ‘autonomia’ para captar recursos de outras fontes”. (CHAUÍ, 1999).

O MEC, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), defendia que a proposta não se tratava de privatizar o ensino público, mas sim de criar uma nova forma de financiá-lo por meio de parcerias entre a União, as universidades e as organizações sociais. (OLIVEIRA, 2020). Contudo, o Future-se não foi bem recebido pela comunidade universitária e por entidades do setor da educação, uma vez que representa a renúncia do Estado ao seu dever de prover recursos para as universidades públicas, submetendo a educação superior aos interesses do mercado em detrimento das necessidades da sociedade.

Mesmo não tendo sido implementado, o Future-se representou a perda de prioridade da educação superior por parte do Estado, resultando na emergência de um mercado universitário como alternativa, tornando a internacionalização um caminho. (SOUSA SANTOS, 2011).

Para Sguissardi (2020), o Future-se, como tantas outras propostas no campo das políticas públicas, apresenta uma série de elementos econômicos, políticos e jurídicos que conformam, de modo gradativo e crescente, instituições federais de educação superior heterônomas submissas, cada vez mais, às normas e regras do mercado, em que se sobressai a competição e a concorrência, significando “um passo a mais rumo a sua privado-mercantilização”. (SGUISSARDI, 2020, p. 191).

4.4 Síntese analítica.

A análise dos programas de internacionalização Ciência sem Fronteiras, PrInt e Future-se, criados nos governos Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), respectivamente, mostra como essas políticas reproduzem uma

concepção de educação, voltada ao atendimento das necessidades do mercado, o que embarga o fortalecimento de uma educação pública, gratuita, inclusiva e democrática.

O quadro 3 sintetiza as principais características dos três programas de internacionalização das universidades brasileiras aqui analisados:

Quadro 3- Síntese do desenho dos programas de internacionalização formulados pelo governo federal entre 2011 e 2022.

(continua)

		Programa CsF	PrInt	Future-se
Análise do conteúdo das políticas	Objetivos	Propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias. (BRASIL, 2011)	Fortalecer a política de internacionalização das universidades e estabelecer e consolidar polos de excelência em termos de produção científica, tecnológica e acadêmica no Brasil. (BRASIL, 2018)	Dar maior autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo, tendo como um de seus eixos a internacionalização. (MEC, 2019).
	Critérios de participação	Era aberto a todas as universidades públicas e privadas. Entretanto, a concessão das bolsas era restrita a áreas específicas de conhecimento, definidas pela Portaria Interministerial nº 01, de 09 de janeiro de 2013, voltadas para as ciências exatas, engenharias e tecnológicas. (BRASIL, 2013)	-As universidades públicas tinham de participar de um processo seletivo; - Ter ao menos quatro Programas de Pós-Graduação (PPG) <i>stricto sensu</i> recomendados pela Capes na Avaliação Trienal de 2013 e na Avaliação Quadrienal de 2017; - Possuir um Plano Institucional de Internacionalização; - Ter, no mínimo nota 4 em conceitos que variam de 3 a 7 em suas avaliações do MEC. (BRASIL, 2017).	- A adesão das universidades ao Programa Future-se é "voluntária", condicionada à celebração de um "contrato de resultado", firmado entre a universidade com organizações sociais, como fundações de apoio, responsáveis por gerir os recursos repassados pela União; - O recebimento de recursos está atrelado ao alcance de resultados estabelecidos por indicadores de desempenho. (BRASIL, 2020).
	Bases conceituais / racionalidades subjacentes às políticas	- A ideia que permeia o Programa é de que é possível reduzir as desigualdades históricas por meio da capacitação de estudantes e pesquisadores em "centros de excelência" estrangeiros localizados no Norte Global; - Enfoque na mobilidade Sul-Norte.	-Ao selecionar universidades e adotar critérios de produtividade acadêmica, acirra a competitividade entre as universidades, os programas de pós-graduação e os pesquisadores; - Prioridade de relações com países e empresas do Norte Global.	- A ideia de autonomia que permeia o Programa refere-se, ao gerenciamento empresarial da instituição, cumprimento de metas e captação de recursos em outras fontes; - Por meio da internacionalização, submete as universidades às normas do mercado.

Quadro 3- Síntese do desenho dos programas de internacionalização formulados pelo governo federal entre 2011 e 2022.

(conclusão)

		Programa CsF	PrInt	Future-se
Análise de Contexto das políticas	Contexto político de formulação	Criado no governo Dilma Roussef em 2011 em um contexto de Estado neodesenvolvimentista (SINGER, 2018), a partir de uma aproximação com o Governo dos EUA.	Criado no Governo Michel Temer em 2018 em um contexto de Estado ultraneoliberal, fundamentado no controle social absoluto pelo mercado e no Estado mínimo. (PMDB, 2015).	Proposto no Governo Bolsonaro em 2019 em uma conjuntura ultraneoliberal e marcada por uma guerra cultural contra as universidades públicas (LEHER, 2020).
	Situação atual	Extinto em 2017 pelo Governo Michel Temer sob a justificativa do ajuste fiscal.	Em implementação nas universidades públicas até 2023.	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A análise do desenho das políticas de internacionalização da educação superior fomentadas pelo Estado brasileiro nos últimos anos mostra como essas políticas vão se modificando ao longo de distintos contextos políticos, assumindo não somente a “racionalidade do capital”, nos termos de Laval (2019, p. 9), mas, sobretudo, sendo marcadas por uma racionalidade eurocêntrica e norte americanizada.

Ao serem instrumentalizadas como estratégia para uma suposta redução das desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, essas políticas revelam as assimetrias existentes entre o Norte e o Sul Global, reproduzindo relações de colonialidade.

Para Grosfoguel (2008), a teoria desenvolvimentista privilegia o “Ocidente” enquanto modelo de desenvolvimento, pois oferece uma fórmula colonial de como se assemelhar ao “Ocidente”. Para o autor,

A postulação de zonas periféricas, como a África ou a América Latina, como “regiões com problemas” ou com “um atrasado nível de desenvolvimento” dissimulou a responsabilidade europeia euro-americana na exploração destes continentes. A postulação de regiões “patológicas” na periferia, por oposição aos chamados padrões “normais” de desenvolvimento do “Ocidente”, justificou uma intervenção política e econômica ainda mais intensa por parte das potências imperiais. Devido ao tratamento do “Outro” como “subdesenvolvido” e “atrasado”, a exploração e a dominação por parte das metrópoles tornaram-se justificáveis em nome da “missão civilizadora”. (GROSFOGUEL, 2008, p. 405)

Assim, observa-se que a intencionalidade do Estado de elaborar políticas de internacionalização que reduzam a condição de subdesenvolvimento do Brasil, como foi o caso do Programa CsF, ou que transformem as universidades em um ambiente internacional, como o PrInt, ou gerem autonomia às universidades, como o Future-se, resultam, na verdade, na manutenção das relações de desigualdades subjacentes aos países, reproduzindo a lógica colonial e mantendo-nos em uma condição de subalternidade. A colonialidade não pode ser, portanto, negada como intrínseca a essas experiências de internacionalização, revelando toda uma prática de poder.

A análise do escopo dessas políticas de internacionalização possibilita-nos refletir sobre algumas de suas características, tais quais:

- São conduzidas pela necessidade de desenvolvimento à luz do Ocidente. (GROSFOGUEL, 2008);
- Priorizam relações com países do Norte Global, principalmente Estados Unidos e Europa, revelando uma racionalidade norte americanizada e eurocêntrica (QUIJANO, 2005; GROSFOGUEL, 2008);
- As bolsas de estudos são voltadas prioritariamente para cursos das áreas de ciências, exatas e tecnológicas, revelando a predominância de um paradigma científico moderno, constituído basicamente no domínio das Ciências Naturais e na ideia de progresso advindo das ciências e tecnologias (SOUSA SANTOS, 2008);
- Têm como fundamento princípios neoliberais, voltados ao empreendedorismo, à competitividade e ao cumprimento de metas e critérios de produtividade, revelando dimensões do sistema-mundo capitalista;
- Sustentam-se na oferta de “ajuda” por representantes de países do Norte, revelando uma relação de superioridade/inferioridade epistêmica (GROSFOGUEL, 2016);
- Apontam para uma subordinação da educação superior aos interesses do mercado.

Observamos, portanto, que as políticas de internacionalização elaboradas pelo Estado brasileiro se fundamentam epistemologicamente em um paradigma dominante, marcado por uma racionalidade científica moderna e capitalista (SOUSA SANTOS, 2008), a qual compreende uma das camadas ocultas da colonialidade, sendo necessário construir políticas contra hegemônicas, que dialoguem com os diversos saberes, incluindo os saberes do Sul, não somente aqueles produzidos no Norte Global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o pressuposto de que não é possível pensar em políticas de internacionalização “desde o Sul e para o Sul”, nos termos de Sousa Santos (2010), sem uma compreensão mais ampla das condições sócio-históricas de dependência a que o Sul Global está submetido, neste trabalho, por meio de um paradigma hermenêutico de análise de políticas públicas, proposto por Lejano (2012) e Rodrigues (2008), buscamos trazer reflexões acerca do desenho das políticas de internacionalização da educação superior formulados pelo Estado brasileiro entre 2011 e 2022.

As análises do conteúdo e do contexto político de formulação do Programa CsF, do PrInt e do Future-se possibilitaram compreender as racionalidades e noções centrais que circunscrevem essas políticas de internacionalização, bem como seus contextos políticos de formulação, evidenciando, que esses programas têm sido formulados a partir de uma concepção de educação superior fundamentada em princípios da agenda neoliberal.

À luz da colonialidade, compreendemos que essas políticas têm sido instrumentos de manutenção das condições de subalternidade e dependência dos países do Sul perante o Norte Global. Emerge, assim, a necessidade de se pensar em paradigmas outros que se contraponham a esse modelo hegemônico, com vistas à ideia de internacionalização que fortaleça a educação superior pública, gratuita, inclusiva e democrática, rompendo com a lógica mercantil.

Para Santos (2011), a resistência a esse modelo hegemônico deve envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário e perpassa pela maior articulação entre países do Sul, latino-americanos e africanos e também entre Brasil e Portugal.

Nesse sentido, em julho de 2023, o governo Lula (2023-2026), por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), anunciou que vai implementar o Programa de Mobilidade de Pesquisadores e Estudantes de Pós-graduação da América Latina, com a finalidade de fortalecer os processos de integração dos países latino-americanos, incrementar o intercâmbio científico e tecnológico e o desenvolvimento na região (BRASIL, 2023), fazendo-se necessário acompanhar as racionalidades, concepções de educação e significados de internacionalização que envolvem esse novo programa, bem como em que medida poderá contribuir para a redução das assimetrias existentes entre os países do Norte e os do Sul, superando as relações de colonialidade.

Para além da análise do desenho dessas políticas, outra questão que se coloca é como essas políticas são ressignificadas pelos sujeitos à medida que adentram em diferentes

espaços de implementação, sendo necessário, em uma outra etapa da pesquisa, analisar como essas políticas são ressignificadas e modificadas ao serem colocadas em prática no *locus* universitário, o que Rodrigues (2008) e Gussi (2008) compreendem por trajetória institucional da política.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, maio 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7642**, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF, dez, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 01**, de 09 de janeiro de 2013. Define os temas e as áreas Prioritárias do CsF. Brasília, DF, jan, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/MEC_MCTI_temasprioritarios_Csf.pdf Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Memorando de Entendimento para o estabelecimento do Programa Diálogos Estratégicos Brasil-EUA assinado entre a Capes e a Comissão Fulbright**. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 19 de março de 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/memorando-de-entendimento-para-o-estabelecimento-do-programa-dialogos-estrategicos-brasil-eua-assinado-entre-a-capes-e-a-comissao-fulbright Acesso em 02 jul. 2023.

BRASIL. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de regulamentação do Programa Ciência sem Fronteiras e de anúncio de chamadas públicas para bolsas de estudo no exterior**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-regulamentacao-do-programa-ciencia-sem-fronteiras-e-de-anuncio-de-chamadas-publicas-para-bolsas-de-estudo-no-externo-brasilia-df>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. **Relatório nº 21- CCT, 2015**. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática: Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3789268&disposition=inline>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 220**, de 03 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=156#anchor> Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CAPES muda concessão de bolsas de cursos nota 3 e amplia prazo do PrInt. **Capex**, 04 de junho de 2019.

Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-muda-concessao-de-bolsas-de-cursos-nota-3-e-amplia-prazo-do-print> Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Ciência sem Fronteiras. **O Programa.** Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC lança programa para aumentar a ^[1]autonomia financeira de universidades e institutos. **MEC**, 17 de julho de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=78211> Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3076/2020**, de 02 de junho de 2020. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Brasília, 02 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em 02 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 798, de 2015**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, 18 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124533>. Acesso em 15 jul. 2023.

BRASIL. **Programa vai garantir mobilidade de estudantes e pesquisadores da América Latina.** Brasília, 13 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/programa-vai-garantir-mobilidade-de-estudantes-e-pesquisadores-da-america-latina-1>. Acesso: 28 jul. 2023.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, ano 1, nº 1, jun. 1999.

DE WIT, Hans. **Repensando o conceito da internacionalização.** UNICAMP, 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao> Acesso em 14 jul. 2023.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In: LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2000.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

GARCIA, Márcia Monalisa de Moraes Sousa; GUSSI, Alcides Fernando. Hegemonias e Disputas da Internacionalização da Universidade sob a Égide do Neoliberalismo: olhares sobre as políticas de internacionalização da educação superior no Brasil (2011 a 2021). In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas (X JOINPP), 2021, Virtual. **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2021.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 02 jul. 2023.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 02 jul. 2023.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAL: Revista Avaliação de Políticas Públicas**, 2008. p. 29-39. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22512>. Acesso em 14 jul. 2023.

HOWLETT, Michael. *Designing public policies*. New York: Routledge, 2011a.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público Christian Lavam. trad. Mana Luiza M. de Carvalho e Silva, Londrina: Editora Planta, 2019.

LEAL, Fernanda Geremias. **Bases Epistemológicas dos Discursos Dominantes de Internacionalização da Educação Superior**. 2020. 350p. Tese (doutorado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

LEHER, Roberto. Guerra cultural e universidade pública: o future-se é parte da estratégia de silenciamento. In: GIOLO, Jaime. **Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. / Jaime Giolo, Roberto Leher, Valdemar Sguissardi; ilustrado por Rafael Leme. - São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020. 223 p.: il.; PDF; 8,2 MB.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de; LUI, Lizandro. Conectando problemas, soluções e expectativas: mapeando a literatura sobre análise do desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 36, p. e246779, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Pensamento crítico desde a subalteridade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das Ciências Sociais no século XXI Afro-Ásia**, núm. 34, pp. 105-129, 2006.

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira. **Programa Ciência sem Fronteiras no Contexto da Política de Internacionalização da Educação Superior Brasileira**. 2015. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2015.

MEC afirma que o Ciência sem Fronteiras terá 5 mil bolsistas na pós-graduação. 2017. **Portal MEC**, 02 abril 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/46981-mec-afirma-que-o-ciencia-sem-fronteiras-tera-5-mil-bolsistas-na-pos-graduacao>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Elida. 'Future-se': Câmara recebe texto, e projeto de lei que pretende mudar financiamento das universidades começa a tramitar. **G1**, 03 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/03/camara-recebe-texto-do-future-se-do-mec-e-projeto-de-lei-que-pretende-mudar-financiamento-das-universidades-comeca-a-tramitar.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma Ponte para o Futuro**. 29 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**, p. 227–278, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. Future-se: um projeto neoliberal de heteronomia das federais e um passo a mais rumo a sua privado mercantilização. In: GIOLO, Jaime. **Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado**. / Jaime Giolo, Roberto Leher, Valdemar Sguissardi; ilustrado por Rafael Leme. - São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020. 223 p.: il.; PDF; 8,2 MB.

SINGER, André. **O Lulismo em Crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)*, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação superior no Século XXI: visão e ação**, Paris, 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>. Acesso em: 05 jul. 2023.

VIANNA, Adriana de Barreto Resende. Etnografando documentos: Uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; SOUCA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (Orgs.). **Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro, Contracapa/FAPERJ, p. 43-70, 2014.

WORLD TRADE ORGANIZATION. Education Service – nota documental de la secretaria. 1998.